



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO

RELATÓRIO Nº 395 / 2023 GOINFRA/GI-GELIC-13150

ANÁLISE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

CO Nº 031/2023-GOINFRA

SUMÁRIO

[DO OBJETO](#)
[DA ANÁLISE PRELIMINAR](#)
[DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE](#)
[DAS ANÁLISES DAS PROPOSTAS](#)
[DA CONCLUSÃO](#)

1. DO OBJETO

1.1. **OBRA DE DUPLICAÇÃO, REABILITAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA RODOVIA GO-210, TRECHO: PERÍMETRO URBANO DE RIO VERDE - GO-174 (SENTIDO MONTIVIDIU).**

2. DA ANÁLISE PRELIMINAR

2.1. Realizada em 16/11/2023 às 09:00 horas a sessão de abertura das propostas comerciais da Concorrência CO nº 31/2023, cuja as empresas que tiveram suas propostas abertas foram: 1. **CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A;** e 2. **CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA.** As propostas comerciais das empresas habilitadas, anexados aos autos (53769690, 53770377), serão objetos de análises do presente relatório.

2.2. Os preços ofertados, em ordem crescente, estão detalhados na tabela a seguir:

EMPRESA	VALOR	COLOCAÇÃO
CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A	50.653.207,72	1ª
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	65.299.484,57	2ª

3. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

3.1. De acordo com o disposto no item 05.01 do instrumento convocatório, as Propostas de Preços das empresas habilitadas serão avaliadas quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. Essa avaliação levará em consideração os elementos estritamente vinculados no edital.

3.2. Por sua vez, o item 07 apresenta os critérios de julgamento das propostas, estipulando que estas serão avaliadas conforme os princípios legais e os preceitos do mencionado instrumento convocatório. Os critérios obedecerão às seguintes diretrizes:

- I - O critério utilizado na avaliação e julgamento das Propostas de Preços é o de MENOR PREÇO;
- II - Não será considerada qualquer oferta de vantagem ou condição não prevista no edital, incluindo financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- III - Propostas que apresentem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, não serão admitidas, mesmo que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, a cuja remuneração ele renuncie total ou parcialmente.

3.3. Em seguida, o Edital estabelece as situações nas quais as propostas serão desclassificadas, as quais são:

- I - Propostas que contenham um lucro negativo em sua composição de preço;
- II - Propostas que modifiquem os quantitativos do Orçamento do ANEXO IV;
- III - Propostas que exibam preços unitários e/ou preço global superiores aos indicados no orçamento sintético do ANEXO IV deste Edital.

3.4. Feitas essas considerações iniciais, passa-se a análise das propostas comerciais das licitantes participantes da CO nº 31/2023 - GOINFRA, que será feita em estrita observância às regras estabelecidas no presente Edital.

4. DAS ANÁLISES DAS PROPOSTAS

4.1. CARTA DE APRESENTAÇÃO

4.1.1.1. A tabela abaixo detalha o item do edital a ser verificado em relação à carta de apresentação da proposta feita pela empresa, que deve explicitar o valor proposto, o(s) BDI(s) utilizado(s) e o prazo de validade da proposta. Neste critério, a avaliação concentrou-se na verificação se a licitante apresentou a documentação e se esta está em conformidade com as disposições estabelecidas no edital, especificamente em relação ao item 05.01.01.

05.01.01- Carta de Apresentação da Proposta de acordo com o modelo apresentado no ANEXO III.

EMPRESA	DOCUMENTAÇÃO	PÁGINA(S)	VERIFICAÇÃO
CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A	53769690	07	ATENDE
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	53770377	09	ATENDE

4.2. DA PLANILHA E DOS QUANTITATIVOS

4.2.1.1. Na tabela abaixo, estão listados o item do edital a ser verificado, as empresas habilitadas e as referências de páginas que comprovam o atendimento do item em análise. Neste critério, a avaliação concentrou-se na verificação se a empresa apresentou a documentação e se a mesma está em conformidade com as disposições estabelecidas no edital, especificamente em relação ao item 05.01.02.

05.01.02- Planilha Orçamentária Detalhada, onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários, os preços parciais e preço global da obra.

EMPRESA	DOCUMENTAÇÃO	PÁGINA(S)	VERIFICAÇÃO
CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A	53769690	09/13	ATENDE
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	53770377	11/13	NÃO ATENDE

4.2.2.1. Ao examinar a proposta da empresa SANCHES, observou-se que ela não aderiu às diretrizes do edital referentes ao critério em discussão. Os valores unitários apresentados excedem todos os valores orçados pela GOINFRA. A seguir, destacamos alguns itens da planilha da licitante para ilustrar:

GOINFRA						SANCHES	
Cód. Auxiliar	Serviço	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Total	Preço Unitário	Total
42140	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - TIPO C1	un	1,000	3.344.075,90	3.344.075,90	4.381.045,69	4.381.045,69
42240	CANTEIRO DE OBRA - TIPO C1	un	1,000	1.581.814,49	1.581.814,49	1.988.398,39	1.988.398,39
42301	MOBILIZAÇÃO / DESMOBILIZAÇÃO - CONFORME DEMONSTRATIVO	un	1,000	138.211,30	138.211,30	551.122,12	551.122,12
Total do Grupo :					5.064.101,69		6.920.566,20

Cód. Auxiliar	Serviço	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Total	Preço Unitário	Total
100002	PAVIMENTAÇÃO						
4011520DN	PAVIMENTO DE CONCRETO COM EQUIPAMENTO DE PEQUENO PORTE	m3	35.265,180	521,64	18.395.728,49	681,36	24.028.283,04
40436	TRANSPORTE LOCAL DE CONCRETO	m3km	64.240,890	2,19	140.687,54	2,54	163.171,86
4011536DN	MEMBRANA PLÁSTICA ISOLANTE E IMPERMEABILIZANTE COM ESPESURA DE 0,2 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m2	176.325,910	2,15	379.100,70	2,41	424.945,44
40380	IMPRIMAÇÃO	m2	176.325,610	0,46	81.109,78	0,55	96.979,09
40435	TRANSPORTE LOCAL DE MATERIAL BETUMINOSO	TKM	417,570	2,58	1.077,33	3,38	1.411,39
40617	ESTABILIZAÇÃO BRITA GRADUADA TRATADA COM CIMENTO (BGTC) - USINA	m3	15.927,450	241,56	3.847.434,82	294,41	4.689.200,55

4.2.3.1. Conforme evidenciado nos quadros acima, os preços unitários da empresa superaram os valores unitários previstos pela Administração.

4.2.4.1. Portanto, entendemos que a proposta comercial da concorrente CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA., não atendeu exigências do edital quanto ao item 05.01.02.

4.3. DO BDI

4.3.1.1. Na tabela a seguir, são fornecidos o item do edital a ser verificado, as empresas habilitadas, bem como as referências de páginas que evidenciam a conformidade do item em análise. Neste critério, a avaliação centrou-se na verificação se a empresa apresentou a composição do BDI e se esta está em conformidade com as disposições estabelecidas no edital, especialmente no que diz respeito ao item 05.01.03.

05.01.03- Composição do BDI utilizado para a composição dos seus preços.
Valores de referência: 20,45%

EMPRESA	DOCUMENTAÇÃO	BDI	PÁGINA(S)	VERIFICAÇÃO
CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A	53769690	20,48%*	15	ATENDE
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	53770377	34,76%**	15	NÃO ATENDE

4.3.2.1. *A avaliação da proposta da empresa Metropolitana revelou que a licitante elaborou um Benefício e Despesas Indiretas (BDI) superior ao valor estimado pela GOINFRA. No entanto, o BDI efetivamente utilizado no orçamento da empresa foi de 20,45%, o mesmo percentual adotado pela Administração. Diante desse equívoco formal, foi solicitado à concorrente que corrigisse a composição do BDI apresentada. A empresa realizou a correção e submeteu a composição da Bonificação e Despesas Indiretas com as devidas correções, conforme documento anexado aos autos (53944448).

4.3.3.1. **Ao examinar a proposta da licitante SANCHES, observou-se que ela não aderiu às diretrizes do edital referentes ao critério em discussão. Os percentuais dos itens que compõem os Benefícios de Despesas Indiretas - BDI foram todos alterados tal que todos os itens excedem sobremaneira os valores utilizados pela GOINFRA como parâmetro. A seguir, destacamos as composições da licitante e da GOINFRA, respectivamente, para ilustrar:

COMPOSIÇÃO DA PARCELA DO BDI		
BDI - BENEFÍCIOS DE DESPESAS INDIRETAS		
COMPONENTES		INCIDÊNCIAS
A - DESPESAS INDIRETAS		
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6,00%
2	DESPESAS FINANCEIRAS	2,25%
3	SEGUROS E GARANTIAS	0,50%
4	RISCOS	1,00%
SUBTOTAL A		9,75%
B - TRIBUTOS		
1	PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	0,65%
2	COFINS - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL	3,00%
3	ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO	5,00%
4	*CPRB - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA	0,00%
SUBTOTAL B		8,65%
C - BONIFICAÇÃO		
1	LUCRO OPERACIONAL	12,00%
SUBTOTAL C		12,00%




4.3.4.1. Como destacado nos quadros acima, o valor do BDI da licitante ultrapassa significativamente o BDI previsto pela Administração. O TCU, por meio do [acórdão 2.622/2013 - TCU](#), determina as diretrizes a serem utilizadas para a análise dos Benefícios e Despesas indiretas em licitações de obras públicas, a depender do objeto. A tabela abaixo ilustra, conforme o TCU, os parâmetros mínimos e máximos do BDI para obra de construção de rodovias e ferrovias.

Parâmetro para análise de BDI

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPO DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE RODOVIA E FERROVIA	19,60%	20,97%	24,23%

4.3.5.1. Adicionalmente, o acórdão do Tribunal destaca que, caso a taxa de BDI ultrapasse os limites estabelecidos, conforme demonstrado no quadro anterior, é imperativo conduzir uma análise minuciosa dos elementos que constituem essa taxa. Como diretriz para essa avaliação, devem ser levados em consideração os seguintes valores:

TIPO DE OBRA	Administração Central			Seguro + Garantia			Risco			Despesa Financeira			Lucro		
	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q
CONSTRUÇÃO DE RODOVIA E FERROVIA	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%	1,02%	1,11%	1,21%	6,64%	7,30%	8,60%

4.3.6.1. Conforme evidenciado, os valores propostos pela empresa para cada componente que integra seu BDI excedem os limites máximos estabelecidos nas diretrizes do Tribunal de Contas da União. Portanto, compreendemos que a licitante não atendeu aos requisitos do Edital no quesito em análise, uma vez que o BDI por ela apresentado não está em conformidade com o estabelecido pela Administração.

4.4. DO CRONOGRAMA

4.4.1.1. Na tabela abaixo, estão indicados o item do edital a ser verificado, as empresas que foram habilitadas e as referências de páginas que evidenciam o cumprimento do item em análise. Nesse critério, a avaliação centrou-se na verificação da apresentação pela empresa da documentação e na conformidade desta com as disposições estabelecidas no edital, particularmente no que diz respeito ao item 05.01.04.

05.01.04- Cronograma Físico-Financeiro detalhado dos serviços propostos

EMPRESA	DOCUMENTAÇÃO	PÁGINA(S)	VERIFICAÇÃO
CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A	53769690	17	ATENDE
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	53770377	18/19	ATENDE

4.4.2.1. Assim, todas as concorrentes cumpriram as diretrizes estipuladas no item 05.01.04 do edital.

4.5. **DAS COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS**

4.5.1.1. Ao analisar a documentação da concorrente CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A., verificou-se que a empresa apresentou todas as composições unitárias contendo todos os elementos essenciais para a avaliação, como insumos, mão-de-obra, equipamentos, leis sociais, BDI, etc. Ficou evidenciado que a empresa elaborou cada preço unitário de acordo com as diretrizes estabelecidas no edital, conforme comprovado no documento anexado aos registros, Doc. SEI nº 53769690, páginas 19/85.

4.6. **DA EXEQUIBILIDADE**

4.6.1.1. Dada a considerável complexidade na avaliação da viabilidade de propostas e a inexistência de uma fórmula legal que demonstre de maneira incontestável a conformidade dos preços apresentados com os praticados no mercado, torna-se fundamental analisar cada situação individualmente. Isso requer a consideração da doutrina e jurisprudência dos Tribunais, especialmente as decisões das Cortes de Contas. Nesse contexto, é crucial observar as orientações derivadas de julgamentos e instruções relacionadas ao tema em questão.

4784 – Licitação – Edital – Proposta – Preço inexequível – Demonstração de exequibilidade – Dever do licitante – TCU
“10. A propósito do procedimento, ora anunciado, parece-me imperioso frisar, de início, que, nos termos legalmente estabelecidos, é prevista a desclassificação de propostas na licitação que tenham valor global superior ao limite estabelecido ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis, significando dizer que, uma vez submetidos ao critério estabelecido no § 1º anteriormente transcrito, os preços que se situem em patamares inexequíveis, deverão, necessariamente, ser objeto de demonstração de viabilidade pela empresa que os ofertou, sob pena de, não logrando êxito nessa comprovação, ter desclassificada sua proposta”. (TCU, Acórdão nº 1.470/2005, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 29.09.2005.)

14715 – Licitação – Proposta – Preço – Critérios aritméticos do art. 48 da Lei nº 8.666/93 – Inexequibilidade – Presunção relativa – TCU
O TCU, em processo de auditoria a obras em empresa estatal, reiterou entendimento segundo o qual critérios aritméticos como os previstos pelo art. 48, §§ 1º e 2º, estabelecem presunção relativa de inexequibilidade do preço, não podendo ser considerados isoladamente como parâmetros de julgamento das propostas. Nesse sentido, excerto do voto: “Remansosa jurisprudência desta Corte, notadamente expressa nos acórdãos 697/2006, 1.616/2008, 1.679/2008, 141/2008, todos do Plenário, avaliza que a presunção de inexequibilidade decorrente de critérios aritméticos, como os previstos no art. 48 da Lei nº 8.666/93 tem caráter relativo. (...) Dessa forma, antes do descarte das propostas de menor preço os gestores da Estatal deveriam ter se certificado de sua inviabilidade, ao menos diligenciando os licitantes para que estes pudessem comprovar sua capacidade de bem executar o objeto por meio de preços propostos”. (TCU, Acórdão nº 3.344/2012, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, DOU de 12.12.2012.)

4786 – Licitação – Edital – Obras e serviços de engenharia – Proposta – Preço inexequível – Critério de aferição definido nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 – Utilização para outros objetos – Possibilidade – TCU
“10. No que se refere à inexequibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objetivo do Estado espoliar o particular. Por outro lado, cabe ao próprio particular a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar. 11. Assim, no contexto da definição de critério para aferir inexequibilidade de preço, julgo que não há prejuízo à transparência e à lisura do certame valer-se dessa fórmula definida no art. 48, inciso II, § 1º, da Lei nº 8.666/93, ainda que para outras contratações de menor preço que não as relativas a serviços e obras de engenharia, uma vez que constitui mais um instrumento para verificação da exequibilidade do preço. Na verdade, esse dispositivo conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços. Isso porque sempre haverá a possibilidade de o licitante comprovar sua capacidade de bem executar os preços propostos, atendendo satisfatoriamente o interesse da administração”. (TCU, Acórdão nº 697/2006, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 15.05.2006.)

4.6.2.1. Na mesma linha de entendimento é a lição de Renato Geraldo Mendes, *in verbis*:

14065 – Licitação – Preço – Inexequível – Discordância do licitante quanto à inexequibilidade da sua proposta – Renato Geraldo Mendes
Após a aplicação do critério previsto no § 1º do art. 48, é possível que, em relação às propostas consideradas inexequíveis, (a) o licitante concorde com a inexequibilidade da sua proposta, o que ensejará o seu afastamento do certame ou (b) o licitante discorde da apuração realizada, sob o argumento de que a sua proposta é exequível. Diante da hipótese (b), como deverá proceder a comissão de licitação? Para responder satisfatoriamente à questão, é preciso ponderar alguns aspectos que envolvem o critério previsto no § 1º do art. 48. Basicamente, um preço pode ser considerado inexequível por duas razões: (1) quando comparado com outros preços e (2) em razão da incompatibilidade entre o custo dos insumos e despesas e o preço atribuído ao próprio objeto pelo licitante. Na hipótese (2), a inexequibilidade independe de outras variáveis senão a dos custos e das despesas do próprio objeto. A inconsistência do preço resulta de um ato do próprio licitante, isto é, o preço por ele atribuído ao objeto. Logo, a inexequibilidade é ato imputável ao próprio licitante e a mais ninguém. Na hipótese (1), a inexequibilidade foge ao controle do próprio licitante, pois é fundada em ato de terceiro. O preço atribuído pelos demais licitantes aos seus objetos é que pode tornar o preço inexequível, pouco importando se, de fato, a inexequibilidade é efetiva ou não. O que ponderamos é que na hipótese (1), a inexequibilidade é produzida por ato de terceiro. Pelo menos em princípio, o critério que resultar da hipótese (1) deve ser visto com muita cautela, pois viola a lógica e razoabilidade. O natural é que a pessoa seja punida pelo seu próprio ato, e não punida por ato de terceiro. O critério previsto no § 1º do art. 48 foi estruturado com base na hipótese (1), devendo ser visto com reservas. Afirmar que não é razoável reconhecer a inexequibilidade de uma proposta em razão dos preços de propostas de terceiros é deixar claro que a inconsistência de um preço tem de decorrer da sua própria composição, e não da composição de outros preços. Isso é no mínimo lógico. O critério previsto no § 1º do art. 48 é uma ficção jurídica, não decorre do mundo real. Dessa forma, surgirá um problema quando o licitante que teve o seu preço considerado inexequível alegar que ele é exequível. E o problema se tornará sério quando, além de afirmar que o preço não é inexequível, ele demonstrar, por A + B, que o preço é exequível. Diante desse quadro, não é possível a desclassificação da proposta. Ora, se a proposta não pode ser desclassificada mesmo diante da indicação de que o preço é inexequível em razão do critério legal, para que ele existe, então? O critério existe para apontar apenas o indicio de que é possível que o preço possa ser inexequível, mas não de que ele é, de fato, inexequível. Quando, em razão da aplicação do critério previsto no § 1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, um preço se revelar inexequível, caberá à comissão (ou ao pregoeiro, se for o caso) dar a oportunidade ao licitante de demonstrar que o seu preço é exequível, caso ele não concorde com o resultado da aplicação do critério legal. Somente após isso é que se deve julgar a proposta para o fim de considerá-la classificada ou desclassificada. A prudência assim recomenda.

4.6.3.1. Comparando os preços apresentados pelas empresas ao orçados pela administração, tem=os os seguintes valores:

Valor orçado pela GOINFRA: **R\$ 52.844.385,16** (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos).

EMPRESA	VALOR OFERTADO (R\$)	DESCONTO (R\$)	DESCONTO (%)
CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A	50.653.207,72	2.191.177,44	4,15%
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	65.299.484,57	-	0,00%

4.6.4.1. Considerando o disposto no [§ 1º do artigo 48 da Lei 8.666/93](#), o qual trata do limite a ser considerado na análise da exequibilidade das propostas, chegamos aos valores apresentados na tabela abaixo:

EMPRESA	A = VALOR OFERTADO (R\$)	B = MÉDIA DAS PROPOSTAS (R\$)	C = A/B (%)	SITUAÇÃO (C > 70%)
CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A	50.653.207,72	57.976.346,15	87,37%	SIM
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	65.299.484,57		112,63%	SIM

4.6.5.1. É importante enfatizar que, dado que todos os valores oferecidos excedem 50% (cinquenta por cento) do valor orçado, todos os preços foram utilizados para calcular a média aritmética das propostas. Um ponto relevante a ser destacado é o valor utilizado como referência para a análise da exequibilidade. Nesse sentido, uma vez que a média é superior ao valor orçado, este foi a base adotada para a comparação dos preços em relação à exequibilidade. Portanto, como evidenciado na tabela acima, todas as propostas comerciais NÃO são consideradas manifestamente inexequíveis, conforme os termos da Lei.

4.6.6.1. Diante da explicação fornecida e levando em conta também o fato de as empresas possuírem um conhecimento mais aprofundado dos valores praticados no mercado, é crucial compreender que a busca deve sempre visar a satisfação do interesse público em condições que não apenas sejam vantajosas para a administração, mas também incluam preços que possam ser suportados pelo contratado sem comprometer a prestação regular do objeto licitado. Portanto, consideramos que as propostas comerciais apresentadas pelas empresas participantes desta licitação são exequíveis.

5. DA CONCLUSÃO

EMPRESA	VALOR	SITUAÇÃO	MOTIVO
CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A	50.653.207,72	CLASSIFICADA	
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	65.299.484,57	DECLASSIFICADA	Nos termos do item 07.03.03 ^[1] do edital

5.1. Diante dos fatos narrados, com fundamento e em estrita conformidade e vinculação ao instrumento convocatório, declaramos a proposta comercial da empresa CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A., **CLASSIFICADA** e a proposta da empresa CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA., **DECLASSIFICADA**, pelos motivos expostos, na Concorrência CO nº 031/2023-GELIC. Ademais, por apresentar o menor valor, dentre as participantes, sugerimos que a presente licitação seja **HOMOLOGADA** e seu objeto seja **ADJUDICADO** à empresa **CONSTRUTORA METROPOLITANA S/A.**

COMISSÃO:

(assinado eletronicamente)
JOSE VIANA ALVES FERRAZ DE AMORIM
Presidente

(assinado eletronicamente)
VILCONES MAGALHÃES DE SOUSA
Membro

(assinado eletronicamente)
TAHIS HELENA DE OLIVEIRA
Membro

GOIÂNIA, 21 de novembro de 2023.

[1] 07.03.03- Apresentarem preços unitários e/ou preço global superiores aos do orçamento sintético do ANEXO IV deste Edital.



Documento assinado eletronicamente por **VILCONES MAGALHAES DE SOUSA, Membro de Comissão**, em 21/11/2023, às 11:06, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **TAHIS HELENA DE OLIVEIRA, Membro de Comissão**, em 21/11/2023, às 11:06, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE VIANA ALVES FERRAZ DE AMORIM, Presidente de Comissão**, em 21/11/2023, às 11:06, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **53944451** e o código CRC **CD5C2FD5**.

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
AVENIDA GOVERNADOR JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA - Bairro CONJUNTO CAICARA - CEP 74775-013 - GOIANIA - GO - 20 (BR-153, Km 3,5)
(62)3265-4055